



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA  
CIM DO ALTO MINHO DO ANO DE 2024

--- Aos nove dias de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Município de Caminha, em Caminha, pelas dezoito horas e vinte cinco minutos reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva convocatória. -----

--- Estavam presentes os Presidente de Câmara que compõem o Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho, designadamente: da Câmara Municipal de Caminha, Rui Miguel Rio Tinto Lages; Câmara Municipal de Melgaço, Manoel Baptista Calçada Pombal; Câmara Municipal de Monção, António José Fernandes Barbosa; Câmara Municipal de Paredes de Coura, Vítor Paulo Gomes Pereira; Câmara Municipal de Valença, José Manuel Vaz Carpinteira e da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Joaquim Luís Nobre Pereira. -----

--- O Presidente da Câmara de Ponte da Barca, Augusto Manuel dos Reis Marinho, fez-se substituir pela Vereadora, Diana Isabel Rodrigues Sequeira. -----

Não estiveram presentes os Presidentes de Câmara de Arcos de Valdevez, João Manuel do Amaral Esteves; Ponte de Lima, Vasco Nuno M. Velho Almeida Ferraz e Vila Nova de Cerveira, Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva que comunicaram, antecipadamente a sua impossibilidade em estarem presentes, por compromissos profissionais anteriormente assumidos. -----

--- Presidiu a reunião, Alberto Vilas, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, iniciando a sessão com a apresentação de cumprimentos a todos os presentes: Presidente da CIM do Alto Minho; Primeiro Secretário do SEI; Presidentes de Câmara e seus representantes, membros da Assembleia Intermunicipal e equipa de apoio da CIM do Alto Minho. -----

O Presidente da Mesa, concluiu a existência de quórum, para dar início aos trabalhos, agradecendo, a amabilidade ao Presidente da Câmara Municipal de Caminha, em receber a Assembleia Intermunicipal, no seu Município, cedendo-lhe a palavra. -----

Rui Lages – Cumprimenta todos os presentes, agradece ao Presidente da Mesa, Alberto Vilas e seus colegas de Mesa, saúda os Presidentes de Câmara e representantes, Primeiro Secretário do SEI e todos



os eleitos presentes, dando as boas vindas, aos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Caminha, referindo, ser um edifício recentemente aberto e disponível ao público, depois de ter estado encerrado durante três anos, para requalificação, tendo sido reinaugurado no último mês de outubro, com toda a dignidade que o referido Salão merece, acolhendo, nesta data, a sessão ordinária, da Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho. Aproveita a oportunidade, para endereçar a todos Boas Festas, desejando que o ano de 2025, seja de muitas concretizações e realizações, pessoais e profissionais. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa, agradece e retribuí as palavras, em nome de todos os presentes, dando início à sessão. Confirma a presença dos membros da Assembleia Intermunicipal, de acordo com as “Folhas de Presenças” e informa, dos membros que justificaram a sua falta e as respetivas substituições, de acordo com o “Mapa de Substituições”, documentos em anexo. (Doc. 28/2024) e (Doc. 29/2024). -----

Começa por referir, a Ordem de Trabalhos, que é de conhecimento geral: -----

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

1.1 Apreciação e votação: Ata da primeira Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 29 de abril de 2024; Ata da primeira Reunião Extraordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 28 de junho de 2024 e Ata da segunda Reunião Extraordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 30 de setembro de 2024. -----

1.2 Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. -----

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

2.1 Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (ponto 3, artº. 29º do Regimento). -----

2.2 Aprovação do Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Documentos Previsionais 2025 das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025 (artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12.09; -----

2.2.1 - Documentos Previsionais de 2025 e Quadro Plurianual de Programação Orçamental; -----

2.2.2 - Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados; -----



✓  
H

2.2.3 - Mapa de Pessoal 2025; -----

2.2.4 - Autorização para Empréstimos a curto prazo para o ano económico de 2025; -----

2.2.5 - Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

2.3 Apresentação de projetos de Cooperação Transfronteiriça. -----

### 3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Dá início à Ordem de Trabalhos, Período de Antes da Ordem do Dia, começando pelo ponto: **1.1** Apreciação e votação de atas, informando, que as atas das reuniões extraordinárias, só podem ser aprovadas em reuniões ordinárias. Postas a análise e discussão e não havendo pretensões de intervenção, passa-se à votação das três Atas da Assembleia Intermunicipal: para votação da primeira Ata da Reunião Ordinária de 29 de abril de 2024, realizada em Paredes de Coura, num universo de 26 membros presentes, obtiveram-se: 24 votos a favor, 2 abstenções (por membros que não estiveram presentes) e 0 votos contra, tendo sido aprovada por maioria dos presentes. Para votação da Ata da primeira Reunião Extraordinária de 28 de junho de 2024, em Ponte de Lima nas instalações da CIM, num universo de 26 membros presentes, obtiveram-se: 26 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovada por maioria dos presentes. Para votação Ata da segunda Reunião Extraordinária de 30 de setembro de 2024, também realizada, em Ponte de Lima, num universo de 27 membros presentes, obtiveram-se: 26 votos a favor, 1 abstenção e 0 votos contra, tendo sido aprovada por maioria dos presentes. -----

O Presidente da Mesa passa ao ponto, **1.2** Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia, questionando se alguém se pretende inscrever, neste ponto da Ordem de Trabalhos. Inscreveu-se o membro, Celestino Ribeiro. -----

Celestino Ribeiro – Cumprimenta toda a Assembleia, Presidente da Mesa e demais colegas, Presidentes de Câmara, começando por referir, a realização desta sessão, no Concelho da sua residência, subscrevendo as palavras do Presidente da Câmara de Caminha, no sentido do melhor acolhimento possível, valorizando o Concelho, pelo seu património e ações realizadas, considerando bem acolher, receber e bem trabalhar. Retomando a palavra, para a primeira intervenção, específica uma preocupação dos últimos tempos, julgando ser importante para uma reflexão conjunta, referindo-se ao trabalho, pessoas, projetos de vida, capacidade do Alto Minho para defender a sua população, garantir ser um território onde é possível viver, criar horizontes e raízes e construir o

M



futuro de famílias. Expõe duas situações, vindas a público, recentemente e que a todos tem atormentado. Refere o concelho de Arcos de Valdevez e da empresa aí sediada, a COINDU – Fabricante de Peças para Automóveis em Portugal, e no concelho de Valença a Cablerías – Fábrica de Cablagens. Faz uma abordagem, o assunto por vários motivos, iniciando pelo mais importante, em solidariedade com as pessoas e famílias que passam, por momentos muito críticos e que, infelizmente traz alguma felicidade a outras pessoas que à sua volta vivem. Salaria, ser um problema transversal e não apenas, aos dois Concelhos inicialmente referidos, mas a todos dizem respeito e nesta Assembleia, em concreto, por tudo o que representa, pela compreensão, da situação dos trabalhadores de todo o território do Alto Minho, que eventualmente, escolheram para trabalhar, com garantias de um projeto de vida. A preocupação, foca-se numa série de estratégias, que vão sendo seguidas, ao longo dos anos, conhecidas e reconhecidas por todos, sendo que, provavelmente, não se está a fazer tudo ao alcance da Assembleia Intermunicipal, para garantir que, situações deste género, perpetuem em território nacional e especificamente, no Alto Minho. Refere a necessidade de outras medidas, para evitar situações análogas, como previsível pelos indícios que vão surgindo. Refere, que na Cablerías, empresa sediada em Valença, que no início do ano, tinha cerca de 450 trabalhadores, tendo atualmente, apenas 260. Já se antevia um problema, sendo a CIM pródiga, precisamente em ter estudos e perceção do que vai acontecendo no seu território, aproveitar as reuniões do Conselho Intermunicipal, debate entre todos os Presidentes de Câmara, não querendo estar a atribuir qualquer tipo de culpa, mas pelo contrário, no sentido de aprofundar a reflexão, reconhecendo ser um dever de todos e de modo particular, o Grupo que representa nesta Assembleia Intermunicipal. Enumera, as duas situações atuais, com financiamento, dos Fundos Comunitários, com um *Know how* nas referidas matérias. Percebe, que se pode estar a falar, apenas de deslocalizações, nomeadamente para a Tunísia, no caso da COINDU, não estando o problema na capacidade produtiva, mas apenas, na rentabilidade de um Grupo, que comprou a COINDU, para mais tarde, conforme argumentação apresentada, um negócio não consumado, acabando por transferir a sua produção, provavelmente para a Tunísia, como já referido. Refere uma aquisição de processos e acima de tudo de clientes, tendo este território servido de veículo, para a compra da empresa. Tendo acontecido a mesma situação na Cablerías, com a possibilidade de uma transferência, para Marrocos com perdas sem paralelo, não só para Valença, mas para todo o território. Questionando, sobre o porquê, de aprofundar este pensamento crítico, que todos devem partilhar, e simultaneamente, respondendo, que de facto, a CIM



V  
A

do Alto Minho, como todas as Entidades Supramunicipais, têm crescido muito nos últimos anos, fruto de adaptações legislativas e também da capacidade, que têm demonstrado em se envolverem, na tomada de decisões e resoluções, nomeadamente, no apoio aos Municípios. Mais refere que, acedendo à página da CIM do Alto Minho, se percebe, a ampla ação que a mesma tem, em áreas como a economia, a empregabilidade, o empreendedorismo e a sustentabilidade, com um vasto número de projetos. Salienta, várias áreas com enfoque, na qualidade do emprego, apresentando o exemplo da criação do GEMCAT, criação de emprego de qualidade transfronteiriça, referindo que, como consta, na Ordem de Trabalhos, será feita uma apresentação, de projetos de Cooperação Transfronteiriça. Refere este projeto, como outros, o Pacto Territorial para a Empresabilidade no Alto Minho, que se podem consultar, tendo a CIM uma boa divulgação, dos projetos em que se envolve. Poderá ser o momento para questionar, sobre o resultado prático, de tudo o que tem sido desenvolvido ao longo dos últimos anos. Entende que a CIM, não tem nenhum poder excepcional, que possa impedir situações como as apresentadas. Ressalvando que é importante, uma reflexão sobre o resultado prático, dos projetos, para perceber e questionar o que poderá ser feito no futuro, para que trabalhadores, e referindo mais uma vez, cerca de seiscentos trabalhadores e famílias, enquadrados, nas empresas atrás referidas, que perderam o seu emprego, ao longo do ano de 2024, exalta serem muitas famílias e pensa existirem instrumentos e ferramentas, massa crítica, sendo que o que se espera desta Assembleia é uma reflexão profunda e demonstrar solidariedade, para com estes trabalhadores e respetivas famílias, não sendo uma solidariedade com os Municípios em causa, mas uma preocupação transversal, estando nessa perspetiva, a acompanhar todos os esforços que possam ser desenvolvidos, para minorar o sofrimento dessas famílias. Termina salientando, que o problema existe e não deverá ficar-se indiferente à situação, apelando, mais uma vez, a uma reflexão profunda, feita por todos, pelo Conselho Intermunicipal e pela própria Assembleia Intermunicipal. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e o assunto apresentado, manifestando também a concordância da pertinência e situação atualizada, que irá merecer uma reflexão de todos se ainda não iniciada, a nível individual ou grupos familiares, pessoais ou políticos. Não havendo mais inscrições, passa ao assunto seguinte: **PERÍODO DA ORDEM DO DIA: 2.1** Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (ponto 3, art.º 29.º do Regimento). -----

Cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para a sua intervenção.-----

F  
A



Manoel Batista – Agradece e cumprimenta, os membros da Mesa e demais Membros da Assembleia Intermunicipal, colegas autarcas e o anfitrião, Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Rui Lages, agradecendo-lhe a amabilidade do acolhimento, referindo o espaço icónico, em que se encontram, edifício que durante décadas, foi espaço da causa pública, sendo atualmente, depois da sua recuperação, novamente espaço político. Indica que antes de fazer referência à atividade desenvolvida pela CIM do Alto Minho, irá solicitar apoio a Primeiro Secretário da CIM, Paulo Queiroz. Numa breve abordagem, à intervenção efetuada, pelo membro, Celestino Ribeiro, informa que a CIM do Alto Minho, enquanto Associação de Municípios, a sua equipa e cada um dos Municípios, de uma forma muito especial, os que têm o problema no seu território, os casos apresentados. Informa estarem todos solidários, com os territórios, mas de forma especial com as famílias, principalmente, os casos, são como já apresentados, de famílias inteiras a trabalharem na mesma empresa. Informa que, no próprio dia, em reunião do Conselho Intermunicipal, que antecedeu esta sessão, foi tema debatido, principalmente, com os Presidente das Câmaras dos referidos Concelhos, sendo que do ponto de vista, das Instituições, tudo está a ser feito, para acautelar a qualidade de vida das famílias envolvidas. Dá enfoque ao trabalho desenvolvido pela CIM e por todos os Municípios, ao longo dos anos, também a nível de projetos de Fundos Comunitários, sempre atentos e com a apresentação de candidaturas, que após aprovação, em muito contribuem para os resultados e crescimento sentidos no Alto Minho, salientando que, o Alto Minho, tem crescido acima da média do Norte e mesmo a nível nacional, quer no rendimento *per capita* como nas exportações. Definindo como um trajeto, muito positivo e que tudo se fará para dar continuidade, não sendo possível, evitar situações, como as apresentadas, que muito preocupam, estando estas a serem acompanhadas e monitorizadas. No entanto, é percecionado, o elevado interesse em investir no Alto Minho, nomeadamente na área industrial, assim como, no turismo, no agroambiental, agroindustrial, e um conjunto de outras áreas, onde se sente a continuidade do interesse em investir neste território, que muito contribui para um aumento da riqueza, continuando a percecionar-se, um percurso muito positivo. Espera-se que as oscilações que afetam alguns setores e neste momento, a Europa, está com uma oscilação muito complexa no setor da indústria automóvel. Esperançados que não deixem marcas demasiadamente profundas e esperando também, que os empresários consigam, ultrapassar a situação, apostando, dentro do setor, em inovação e novas áreas de investimento. Acreditam que possa vir a ser uma realidade, para a União Europeia, com inovação no setor automóvel e que muito signifique para o Alto Minho. Sempre atentos



8  
A

para a escolha das melhores opções, tentando sempre minimizar os efeitos colaterais menos positivos, como os que acabaram de ser referenciados. -----

Sobre a atividade da CIM do Alto Minho, informa que se continua a trabalhar, aceleradamente em algumas áreas, tendo no mesmo dia, também, na reunião do Conselho Intermunicipal, sido referida a questão da saúde, onde será necessário fazer afinações, para o sucesso no Alto Minho. Quanto aos transportes, está o processo em andamento, no que respeita, à abertura de um novo concurso, para a rede de transportes de todo o Alto Minho, para que seja uma realidade em 2025, com o sucesso desejável. Refere a área da Cooperação Transfronteiriça, com um elevado número de projetos, trabalhando-se afincadamente, na componente de investimento, com base no novo Quadro Comunitário, NORTE2030, a arrancar de forma demasiado acelerada, sentidas bastantes dificuldades no acompanhamento solicitado, mas a conseguir responder de forma razoável, com um grande esforço e trabalho muito árduo, para que em 2025, comece a ser colocado, no terreno, os investimentos, com base no NORTE2030, como será dada nota, na intervenção do Primeiro Secretário. Dá conhecimento de que o Alto Minho, dispõe de 128 milhões de euros, para o período de investimento, provavelmente, com data limite em 2029. Solicita, ao Primeiro Secretário, a apresentação de informação detalhada, do trabalho desenvolvido no último período do ano. -----

Paulo Queiroz - Agradece e cumprimenta todos os presentes, começando por referir, os dois últimos meses, dos quais pode falar, após a sua entrada em funções como Primeiro Secretário da CIM do Alto Minho. A grande prioridade existente, é a execução atempada e adequada, do Contrato de Desenvolvimento de Coesão Territorial (CDCT), celebrado por esta Comunidade Intermunicipal com a Entidade de Gestão do NORTE2030. É um Contrato de Desenvolvimento do Território, que envolve múltiplas áreas, enumerando algumas como: a Regeneração Urbana, as questões Ambientais, o Círculo Urbano da Água, o Património Cultural, o Sucesso Educativo, entre muitas outras áreas de intervenção, em que estão envolvidos, os Municípios e a CIM do Alto Minho. Com um montante significativo de investimento, estão a ser dados passos muito importantes, para a sua boa execução, que como afirmado, pelo Presidente da CIM, não é tarefa fácil, por falta de recursos, de tempo, sentindo dificuldades que se têm vindo a avolumar, com uma simultaneidade, em termos de Fundos disponíveis. Neste momento, Portugal, vive com grandes dificuldades em termos execução, que também estão a ser sentidas neste território, nos Municípios como em todas as CIM e Áreas Metropolitanas. Os Municípios, como sempre, estão disponíveis para a execução, sendo que o



Governo quando sente dificuldades, em última instância, apela aos Municípios para uma maior execução, dos Fundos Comunitários. Está a ser preparada a execução dos 128 milhões de euros de Fundos, que corresponde, a cerca de 160 milhões de investimento, para que sejam executados até 2027, prolongando-se, provavelmente, por mais um ou dois anos, adicionais, sendo que o prazo máximo, poderá ser 2029. Atualmente, é a grande prioridade da CIM, criar condições para a execução das suas candidaturas e para apoio aos Municípios. Outra área, a que se tem dispensado, vários esforços e atenção, são os Projetos de Cooperação, nomeadamente da Cooperação Transfronteiriça, tendo sido, já aprovados, um conjunto de projetos, da CIM e de alguns Municípios, já em plena fase de execução, assim como a preparação de novas convocatórias e avisos-convite, para submissão de outras candidaturas, no início do ano de 2025. Estão a ser preparadas de forma atempada, porque são candidaturas, em parceria e que requerem um trabalho adicional. Ainda, nesta mesma área, uma referência ao acompanhamento, que é feito pelos AICTS. Quer o AICT Norte Portugal-Galiza, que a CIM acompanha e participa em diferentes atividades, mas de uma forma mais próxima e a nível local, o AICT do Rio Minho e também a criação de um AICT para a Raia Seca, como um processo, que também é acompanhado de muito perto, na sua dinamização e em articulação, com os respetivos Municípios. Quanto aos transportes, situação que tem vindo a ser muito debatida e muito importante, para os cidadãos e toda a comunidade do Alto Minho. Como previsto no Plano de Atividades, é uma área que consome muitos recursos, da CIM e que irá aumentar significativamente, durante o próximo ano de 2025. Como é de conhecimento geral, refere um concurso que foi lançado, pela CIM do Alto Minho em consórcio com os Municípios, sendo que em julho de 2024, foi adjudicado a uma empresa, a prestação de serviços de transporte público, sendo que, quando tudo parecia resolvido, a referida empresa não apresentou, os documentos de habilitação, logo não cumprindo uma das fases dos procedimentos, da Lei da Contratação Pública, viu-se a CIM, obrigada a anular o concurso, por ausência de segundo concorrente classificado, pois só havia uma entidade que reunia condições para se proceder à adjudicação. Neste momento, a CIM está, por um lado a dar continuidade do trabalho do serviço público, até haver uma adjudicação, de contrato de prestação de serviços de transportes públicos, estando ao mesmo tempo, a lançar um novo concurso, tendo já, iniciado os trabalhos, de foro jurídico e económico, para lançar um novo procedimento, no início do ano de 2025. Na expectativa, que durante o ano de 2025, fique concluído o concurso, para a prestação de serviços de transporte público de passageiros no Alto Minho. Ao mesmo tempo, as obrigações do serviço público,



v  
A

terão de ser asseguradas e também aí, a CIM do Alto Minho, está a acompanhar o assunto para garantir, os serviços. Por último, refere questões internas da estrutura da equipa, estando a ser trabalhada a consolidação e reestruturação da equipa técnica, sendo que as pessoas são determinantes, para o trabalho da Comunidade Intermunicipal e para o sucesso dos projetos, em que esta envolvida e para renovação do trabalho futuro. Está a ser reestruturado o Quadro de Pessoal e a tentar capacitar e consolidar, toda a estrutura técnica, para fazer frentes aos futuros desafios, que se esperam grandes. Termina, a sua intervenção, mostrando-se disponível para algum esclarecimento, que pretendam apresentar. -----

O Presidente da Mesa, agradece a intervenção, questionando os membros da Assembleia, se têm alguma questão a apresentar. Não se registaram inscrições. -----

Passa de imediato ao ponto, seguinte da Ordem do Dia, relacionado com os documentos operacionais, essenciais para o ano de 2025: **2.2 Aprovação do Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Documentos Previsionais 2025 das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025 (artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que se desdobra em vários subpontos: 2.2.1 Documentos Previsionais de 2025 e Quadro Plurianual de Programação Orçamental; 2.2.2 Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados; 2.2.3 Mapa de Pessoal 2025; 2.2.4 Autorização para Empréstimos a curto prazo para o ano económico 2025 e, por último 2.2.5 Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.** -----

Informa, se todos concordarem, que a discussão será conjunta, sendo a votação separadamente por cada subponto. Obtendo a concordância de todos os Membros da Assembleia, questiona sobre quem se pretende inscrever, para qualquer um dos pontos atrás referidos, não havendo inscrições, cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

Manoel Batista – O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho, indica querer colmatar um lapso, na falta de cumprimentos, dirigir-se ao Primeiro Secretário da CIM e nele toda a equipa da CIM. Indicando que será a Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Gestão Municipal, Fátima Costa, a fazer a apresentação dos documentos, acabados de enunciar. -----

Apresentação, em *Powerpoint*, para melhor clarificação e visualização do que será apresentado, é cedida a palavra, a Fátima Costa. (Doc. 30/2024) -----

Fátima Costa - Cumprimentando toda a Assembleia, inicia a apresentação do resumo do orçamento, da CIM do Alto Minho, que para o ano de 2025, tem um orçamento projetado, de 16 544 040€,



representando, o maior aumento dos últimos anos, dos documentos previsionais desta Comunidade Intermunicipal, o que será explicado adiante, mas informando rapidamente, estar associado à assunção das responsabilidades, como Autoridade de Transportes, como obrigação do serviço público dos transportes de passageiros. A receita corrente, ascende a 16 milhões de euros, contrapondo com a despesa corrente de 15 milhões de euros, sendo que a receita de capital e a despesa de capital completam o valor previsto para o orçamento. No que respeita ao Quadro Plurianual de Programação Orçamental apresentado, de 2026 a 2029, é uma obrigação da Lei, com o novo SNC (Sistema de Normalização Contabilística), decorrendo, do novo ciclo de programação de Fundos, foi projetado entre 2026-2029, um pequeno crescimento, de acordo com a aceleração dos projetos, que esta CIM, tem em curso de 2026 a 2028, com a previsão de uma pequena estagnação, em 2028 e no ano, de 2029 um ano de declínio, justificado pelo fim do Quadro Comunitário. Como é de conhecimento geral, este hiato temporal, muito provavelmente irá resvalar, sendo neste momento a projeção possível, de efetuar com os documentos e os projetos que estão assignados à CIM do Alto Minho. Em grandes números, para uma rápida perceção, de onde advém os 16 milhões de euros da receita: 58% das atividades decorrentes, agora da Autoridades de Transportes; 31% de Fundos Comunitários; 7% quotas e participações dos Municípios associados, 3% advém do Orçamento do Estado, diretamente das verbas aprovadas para as várias Comunidades Intermunicipais. Residualmente outras receitas pontuais, relacionadas com o Canil Intermunicipal, a receita que advém do desenvolvimento de Acordos-Quadro, com os Municípios, sendo valores, materialmente irrelevantes, comparados com os demais. Para além, desta receita apresentada, existem outras com valores, que apesar de não serem receita da CIM, esta apenas a arrecada e transfere para entidades associadas, os Municípios, sendo quem para 2025 e seguintes, já estão assignadas, várias Candidaturas e Projetos, como exemplo: RECOLHABIO; *CYCLING & WALKING*, projeto de turismo e o FAMI, projeto que trabalha com os migrantes no território, sendo que o valor total dos três grandes projetos, importam em 2,331 milhões de euros, que reverterão a favor dos vários Municípios, conforme os valores elencados e visualizados na apresentação que segue. São verbas, que não sendo receita da CIM, passam por esta e são transferidos para os Municípios. No que respeita à despesa, a maior verba, vai para o desenvolvimento de tarefas, como Autoridade de Transportes, nomeadamente, o pagamento aos operadores, como obrigação de serviço público, 25% é no decurso de projetos e candidaturas, apresentados a Fundos Comunitários, como o NORTE2030, o INTERREG *Europe*, POCTEP, decorrentes



das candidaturas que foram aprovadas; 9% são despesas com o pessoal, sendo que parte desta despesa, é coberta pelos Fundos Comunitários, estando elencadas como despesa direta, sendo que 4 a 5% das despesas com o pessoal, são também financiadas por Fundos Comunitários, sendo que esta despesa líquida, representa cerca de metade, das referidas despesa com o pessoal; 4% são despesas gerais e de funcionamento e 2% outras despesas. No que respeita a projetos e candidaturas para o ano de 2025, estão calculados 4,120 milhões euros, estando em curso 34 projetos, em diversas áreas de atuação. Em resumo, o maior valor do orçamento e de grandes financiamentos dos 9,516 milhões euros, a principal fatia, advém, de um programa, já criado em 2024, o Incentiva+TP, é um projeto que financia o tarifário no território, o que permite às Autoridades de Transporte, a redução, diga-se assim, do valor dos bilhetes, dos passes, eventualmente gratuidade, quando os passageiros utilizem a rede de transportes públicos rodoviários. Mais informa, que no ano de 2024 a CIM do Alto Minho, ficou com a atribuição de competências para o pagamento de passes gratuitos para jovens, sendo um programa com continuidade, em 2025. Como é de conhecimento geral, já em vigor, desde o dia 1 de dezembro corrente, a Portaria nº 307-A/2024/1, 28 de novembro, que alarga a gratuidade do passe, para jovens estudantes e todos os indivíduos até aos 23 anos e idade. Até esta data, a gratuidade total era apenas até aos 18 anos de idade, podendo estender-se até aos 23, com comprovativo de matrícula num estabelecimento de ensino escolar. Como referido, a partir do corrente mês, o passe, torna-se gratuito a qualquer pessoa até aos 23 anos de idade. Existe ainda uma verba de funcionamento, da Autoridade de Transportes de 140 mil euros. Estão apresentadas as verbas ao dispor da CIM, como Autoridade de Transportes, para a execução das tarefas inerentes, a desenvolver, tanto o concurso, como já para o pagamento aos operadores das compensações como serviço público de transportes. Abordando outras questões, refere que a CIM tinha, uma estrutura pequena, nesta área específica de transportes, sendo um grande desafio, necessitando de crescer a equipa para o ano de 2025, para operacionalização e gestão, dos contratos com todos os operadores. Existiam dez autoridades de transporte, que negociavam individualmente, com os seus operadores, ficando agora a CIM, a ter de negociar com todos os operadores de todos os territórios, tentando uniformizar o valor/Km, que era pago no território, que agora, a CIM, como Autoridade de Transportes, negociará com os operadores. Também se sente, a necessidade de estruturação, da própria equipa de planeamento e lançamento do concurso, estando neste momento, a proceder a uma revisão da rede, para melhor otimizar os percursos e obviamente, a acompanhar a medida do passe gratuito jovem,



que coloca alguns desafios orçamentais, pela inexistência de dados suficientes, que permitam, concluir, que população será abrangida, na fase etária entre os 18 e os 23 anos de idade. Neste momento, é uma aproximação, que se estima, esteja o mais próximo da realidade existente. Referindo-se ainda, aos recursos humanos, da CIM do Alto Minho e para dar continuidade aos desafios, que têm vindo a aumentar, há a necessidade de reforços, na última área referida, assim como na área do Desenvolvimento Social, Ambiente e Território, na Cooperação Interinstitucional, onde está incluída a Cooperação Transfronteiriça e ainda o apoio jurídico, transversal a todas as áreas de trabalho. Sendo, que nesta data, a CIM não dispõe de Jurista interno. Verifica-se um aumento, de necessidades justificadas, pelas novas competências, que têm sido atribuídas, às Comunidades Intermunicipais. Termina, assim, a apresentação deste ponto, do Período da Ordem do Dia. -----

--- O Presidente da Mesa, agradece o apresentado, questionando o Presidente da CIM, Manoel Batista, se pretende acrescentar alguma informação. -----

Manoel Batista – Agradece, indicando que nada tem a acrescentar, depois da apresentação clara e objetiva, efetuada pela Fatima Costa, estando, no entanto, disponível para alguma questão, que possa ser colocado, pela Assembleia Intermunicipal. -----

--- O Presidente da Mesa, reapresenta a questão sobre a intenção de intervenção de algum membro da Assembleia, sobre os pontos incluídos, nas Previsões Orçamentais. Não se registando inscrições, propõe, passar à votação, de forma individual, de cada um dos pontos, de acordo com o estabelecido anteriormente. -----

--No universo de 33 membros presentes, iniciou a votação, nomeadamente: ponto **2.2.1 – Documentos Previsionais de 2025 e Quadro Plurianual de Programação Orçamental**, num universo de 33 membros, resultou a votação: 33 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. (Doc. 31/2024) -----

Votação do ponto **2.2.2 – Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados** e num universo de 33 membros, resultou a votação: 33 votos a favor, 0 abstenções 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. (Doc. 32/2024) -----

Votação do ponto **2.2.3 – Mapa de Pessoal 2025**, num universo de 33 membros, resultou a votação: 33 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. (Doc. 33/2024) -----

Votação do ponto **2.2.4 – Autorização para Empréstimos a curto prazo para o ano económico 2025**, o



Ar

chamado empréstimo de tesouraria, num universo de 33 membros, resultou a votação: 33 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. (Doc. 34/2024) -----

Votação do ponto 2.2.5 – **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos**, num universo de 33 membros, resultou a votação: 33 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. (Doc. 35/2024) -----

Finda esta votação, comunica que será da mesma, elaborada a Ata em Minuta, para sortir efeitos imediatos e a CIM poder continuar a desenvolver, com normalidade, o seu trabalho. Passa à apresentação do ponto, proposto pelo Conselho Intermunicipal, apenas para conhecimento **2.3 Apresentação de projetos de Cooperação Transfronteiriça**, que como tem sido habitual, no atual mandato, em cada Assembleia é apresentado, de uma forma resumida, alguns projetos ou iniciativas que a CIM do Alto Minho, leva a cabo, sendo agora o momento para a apresentação preparada, em *Powerpoint*. (Doc. 36/2024)-----

Preparando o local, para uma nova apresentação, do ponto em causa, cede a palavra, ao Primeiro Secretário do SEI, Paulo Queiroz. -----

Paulo Queiroz – Informa terem sido escolhidos três projetos, de Cooperação Transfronteiriça, sendo um tema já abordado anteriormente, nesta sessão, por um membro, assim como aquando da apresentação do orçamento. No que respeita, ao grande número de projetos que a CIM tem nesta data 34, para desenvolver no ano de 2025, número que poderá aumentar, em sequência das fontes de financiamento. A CIM recorre a fontes de financiamento externas, sobretudo aos Fundos Estruturais, para a execução dos seus projetos. Assim, a CIM num papel sempre atento, terá de aproveitar as candidaturas, quando surgem as oportunidades. Por vezes acarreta, alguma dispersão e complexidade na percussão, dos objetivos do Alto Minho, da CIM e dos Municípios do Alto Minho. No entanto, a CIM tem conseguido responder e dado continuidade, realçando apenas a complexidade, de saber a cada momento, o que corresponde aos objetivos do Alto Minho. Assim, a escolha de três projetos a apresentar, pela sua importância e de um universo, de 12 candidaturas imateriais, a projetos Transfronteiriços, correspondendo a quase 2 milhões de euros, sendo que em projetos infraestruturais não tem muito significado, pelo contrário nos imateriais têm um maior impacto. Os doze projetos referidos, abrangem variadíssimas áreas, referindo projetos do INTERREG e que nesta sessão, serão apresentados três, relativos a incêndios florestais, outro a alterações climáticas e proteção civil e por

Ar



fim, a promoção da igualdade de género. Estes três projetos, proveem de outros projetos anteriores da CIM, que correspondem a objetivos de longo prazo e estruturais, da própria CIM e dos Municípios. Vêm sendo encadeados uns nos outros, relacionados por desígnios da própria CIM, no que respeita aos projetos referidos. Daí ser entendido como positiva e coerente, a continuidade das intervenções da CIM. Os projetos apresentados, são: FIREPOCTEP+; ATEMPO e o IQUAL CAMPUS. -----

Faz a apresentação dos referidos projetos, com acompanhamento em *Powerpoint*, que rapidamente elucida sobre as suas características, parceiros, atividades, ações, desenvolvimento, pontos fortes, entre outras informações. O projeto "FIREPOCTEP+", uma operação de importância estratégica, de acordo com o Regulamento da União Europeia e pelo *Comité de Seguimiento del POCTEP 2021-2027*, teve o seu início em 2024 e terminará no final de 2026, envolvendo 3 milhões de euros de investimento, para todos os parceiros, dos quais 200 mil euros, são de investimento da CIM do Alto Minho. Portugal tem um terço do investimento previsto, nos projetos financiados através do INTERREG. O objetivo do projeto, FIREPOCTEP+, é o reforço dos sistemas de prevenção e extinção de incêndios florestais, em Portugal e Espanha. Foi antecedido por outros projetos, como o CILIFO e o GEFRECON e o FIREPOCTEP, que abordam a problemática dos incêndios florestais. Em princípios, orientadores, está focado na colaboração e troca de informações para o estabelecimento, de um quadro de governança florestal, dos dois lados da fronteira, com colaboração técnica público-privada, na procura de soluções inovadoras, para o combate aos incêndios, bem como a formação dos agentes técnicos locais. Múltiplos parceiros, abarcando todas as zonas de fronteira de Portugal e Espanha. Referindo e descrevendo seis atividades, consentâneas com várias ações realizadas, com a obtenção de bons resultados, tendo permitido à CIM adquirir 27 kits que inclui: GPS, Tablet todo-o-terreno, estação Meteorológica Portátil e 27 câmaras térmicas, dirigidas aos Sapadores Florestais. -----

O projeto ATEMPO, cofinanciado pelo FEDER, no âmbito do INTERREG VI-A Espanha-Portugal 2021-2027 (POCTEP), tem um financiamento total, de cerca de 4,8 mil milhões de euros, tendo a CIM do Alto Minho, um valor de cerca de 540 mil euros. Resulta, na continuidade do ARIEM 112 e ARIEM+, contando com múltiplos parceiros beneficiários, promovendo atividades no intuito de aprofundar, mais uma vez a cooperação conjunta, com o objetivo de favorecer a adaptação às mudanças climáticas e prevenção de riscos de catástrofes, numa escala de riscos a nível da paisagem, com um impacto que possa vir a trazer aos ecossistemas da Euro-Região. Continua a realização de várias ações práticas, com a utilização da Inteligência Artificial (IA), para desenvolver sistemas que, recomendam necessidade de



dotação de recursos, para emergências, como na deteção precoce de desastres relacionados com o clima. Existe uma preocupação, na visibilidade e comunicação de disseminação de conhecimento e informações técnicas. -----

Por fim, o projeto IQUAL CAMPUS, em seguimento do projeto GEMCAT (Criação de Emprego de Qualidade Transfronteiriço), assente numa agenda de responsabilidade social empresarial transfronteiriça, criar um Programa de Responsabilidade Social Empresarial (SER), nas PME e conduzir a políticas públicas, a favor da conciliação da vida profissional e familiar, promovendo a igualdade de oportunidades e igualdade de género em contexto laboral. Com uma dotação global de 936 mil euros, sendo a dotação da CIM do Alto Minho, cerca de 10% a que corresponde, cerca de noventa e seis mil euros, tem como destinatários Docentes e Técnicos em Igualdade, com duração prevista até meados de junho de 2026. É um projeto, em consórcio da Junta da Galiza, a CIM do Alto Minho, a CIM do Cávado, a Universidade do Porto e a Universidade de Santiago de Compostela. Tem como objetivo, implementar um sistema conjunto, de formação transfronteiriça e outras ações especializadas, para promover a inclusão efetiva em Igualdade de Género, mitigando as desigualdades sociais, sentidas, principalmente, pelas mulheres. Desenhar um conjunto de formações curriculares, em matéria de igualdade, no âmbito laboral, promovendo a capacitação e a certificação da população, dando uma maior visibilidade, visando ampliar e promover a perspectiva de género, em todas as atividades profissionais. -----

Finda a apresentação dos projetos acima identificados, refere o importante papel das Universidades, nas questões da educação, capacitação e certificação de competências, numa matéria tão importante, como é a Igualdade de Género, espelhando o trabalho que a CIM tem desenvolvido, nos projetos de Cooperação Transfronteiriça.-----

Conclui a apresentação dos três projetos referidos, do universo dos que a CIM tem, destacando os apresentados, pela sua importância e continuidade em áreas fundamentais de trabalho. -----

--- O Presidente da Mesa, agradece a apresentação, realçando a importância de se irem apresentando, alguns dos projetos da CIM, para uma melhor perceção da atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal. Esta informação complementa, a intervenção do membro, Celestino Ribeiro, quando, incita à consulta do site da CIM do Alto Minho, despertando este tipo de apresentações um maior interesse no acesso ao mesmo. Referindo que são, 16 milhões de euros que serão aplicados, em prol do bem comum de toda a população do Alto Minho. -----



Terminado o Período da Ordem do Dia, desta sessão, passa ao ponto 3. Período de Intervenção do Público, não existindo publico, encerra a Ordem de Trabalhos. -----

--- O Presidente da Mesa, solicita apoio à Vice-Presidente, para a leitura da Ata em Minuta, para votação e aprovação dos pontos desta sessão. Cede a palavra à membro, Margarida Vasconcelos. -----

Margarida Vasconcelos - Cumprimenta toda Assembleia passando a uma breve leitura da Ata em Minuta, referindo em cada ponto da Ordem de Trabalhos, sujeito a votação os resultados obtidos. Inicia com o ponto 1.1 Apreciação e votação da Ata da 1ª Reunião Ordinária da AI realizada em 29 de abril de 2024, colocada a votação verificou-se a sua aprovação por maioria dos presentes, no universo de 26 membros presentes, com 24 votos a favor e 2 abstenções; seguindo-se a Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2024, foi aprovada por unanimidade dos presentes, no universo de 26 membros, com 26 votos a favor, seguindo-se a Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2024, também, aprovada por unanimidade dos presentes, no universo de 27 membros, com 26 votos a favor e 1 abstenção. -----

Passando ao Período da Ordem do Dia, refere o ponto 2.2 Aprovação do Plano Plurianual de Programação Orçamental e Documentos Previsionais de 2025 e todo o conjunto de documentos inerentes ao assunto, que mereceram todos a mesma votação, referentes aos pontos: 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.5, sendo os cinco subpontos votados, num universo de 33 membros e aprovados por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa retoma a palavra, pondo a Ata em Minuta a votação, num universo de 33 membros, tendo obtido 33 votos a favor sem abstenções ou votos contra, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

Terminados os trabalhos, agradece a presença a todos, lembrando o convite para o jantar de Natal, oferta da CIM do Alto Minho. Deseja um Feliz Ano de 2025. Cede a palavra ao Presidente da CIM do Alto Minho. -----

Manoel Batista – Agradece, também a presença de todos, apresentando votos de Boas Festas, manifestando esperança que a condições internacionais ajudem, desejando um Bom Ano de 2025 a todos os presentes e seus familiares. -----

Os trabalhos foram encerrados, pelas dezanove horas e trinta minutos, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego, que a redigi. -----



Caminha, 09 de dezembro de 2024. -----

O Presidente da Assembleia

Alberto Luís de Oliveira Vilas

A Vice-Presidente da Assembleia

Margarida de Fátima Gomes Vasconcelos

O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Maria Virgínia Guedes do Rego

